

É PRECISO PROTEGER A ECONOMIA DO BRASIL

SE A ECONOMIA do País produzir, durante o segundo semestre, a mesma quantidade de bens e de serviços que produziu ao longo do primeiro, o produto interno de 1997 será superior ao de 1996 em 1,7%. Como, no primeiro semestre de 1997, o produto foi inferior ao do segundo do ano passado em 0,2%, descontados os efeitos sazonais, a produção média mensal de todo este ano seria 0,2% inferior ao que se produziu, em média por mês, no segundo semestre de 1996. Mesmo assim, as manchetes dirão, ao final do ano, que o bem-estar material dos brasileiros melhorou 1,7%, em 1997.

Essas são as mazelas dos registros estatísticos que confundem a percepção do cidadão não especialista. Como a memória do período mais recente é a mais viva, o cidadão não especialista poderia jurar que, no segundo semestre de 1996, sua situação material foi melhor do que a do ano de 1997. Mas, como os números oficiais dizem o que

dizem, ele acaba se conformando com sua falta de percepção. O cidadão teria errado por descreditar sua percepção.

Por outro lado, o cidadão não especialista tem a percepção de que a abertura da economia brasileira provoca o desemprego e o déficit do balanço de pagamentos. Condena a abertura numa onda modelo 97 do nacionalismo. O cidadão, ao mesmo tempo, percebe que a chegada do inverno não se fez acompanhar do aumento nos preços das roupas de temporada, como era hábito, no passado recente. O cidadão erra ao acreditar que a sua percepção nacionalista lhe sai de graça. Quem protege a economia da concorrência, paga.

O que se pode dizer é que a percepção é algo muito volátil para se deixar nas mãos de cidadãos não especialistas.

Se a percepção pode, às vezes, falhar, ela não serve como critério de escolha. Se isso for verdade, há o problema de como se proceder para a escolha.

Um procedimento seria seguir a média da opinião pública. Mas essa média, com certeza, é uma agregação de percepções, que já produziu, por exemplo um avassalador apoio ao Plano Cruzado.

Uma outra metodologia de escolha é a da conveniência. Esse seria um caso especial, embora muito comum, do uso da percepção. É o caso daqueles que defendem, por exemplo, o aumento geral de salários, como se fosse possível manter seu poder de compra com ajustes periódicos. Se assim fosse, a inflação não seria um problema para os assalariados e o Plano Real não teria o sucesso político que se observa.

O risco dessa crítica é resvalar para a tecnocracia do déspota esclarecido. Importante lembrar que a renúncia ao direito de escolha não reduz os encargos, para o cidadão, da escolha feita por outros.

Em resumo, é difícil escolher e a omissão não é alternativa.

Para minimizar a dificuldade, o ci-

dadão pode abandonar a abordagem nacional em favor do empirismo. Por exemplo, o socialismo prático não respondeu às angústias da equidade. Ruii. O capitalismo liberal se reorganiza constantemente e, ainda, não ruii. O desemprego no capitalismo está associado à sua prática menos liberal, isto é, na Europa. E, curiosamente, o desemprego francês elegeu o liberal Chirac e, logo em seguida, o socialista Jospin. Um grande desastre de percepções, algo do tipo: "Eu tô maluco".

O risco para a economia do Brasil é a transferência do argumento neo-socialista europeu. Uma importação que deve merecer uma sobretaxa, na forma de reação intelectual. Deve-se apelar para a índole nacionalista daqueles cidadãos para que, frente a frente com a dificuldade de escolha, não se deixem iludir por essa onda de globalização ideológica do revisionismo socialista.

FELIPE OHANA

25 JUN 1997

Sete Dias da Semana